

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 415/2020-PGJ, DE 3.2.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4335/2019-PGJ, de 20.11.2019, na parte que indeferiu o pedido de férias do Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto, de forma que, onde consta: “6.2 a 6.3.2020”; passe a constar: “2 a 31.3.2020”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 418/2020-PGJ, DE 3.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva 3 (três) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 27 a 29.1.2020, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 151, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 405/2020-PGJ, DE 31.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 4.2.2020, as férias do Promotor de Justiça José Maurício de Albuquerque, concedidas por meio da Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 412/2020-PGJ, DE 31.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Sonora, Adriano Barrozo da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Deodápolis, no dia 3.2.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 413/2020-PGJ, DE 3.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 4.2.2020, as férias da Promotora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, concedidas por meio da Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 421/2020-PGJ, DE 3.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 3.2.2020, a Portaria nº 665/2019-PGJ, de 22.2.2019, que designou o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 422/2020-PGJ, DE 3.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos nºs 0002426-18.2018.8.12.0010, 0900008-48.2019.8.12.0010 e 0900030-09.2019.8.12.0010, no Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001111-6, nos Inquéritos Cíveis nºs 06.2017.00000638-2, 06.2018.00002296-4 e 06.2017.00001378-3 e nos Procedimentos de Investigação Criminal nºs 06.2018.00003170-8 e 06.2018.00003260-7, em trâmite perante a comarca de Fátima do Sul, a partir de 3.2.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 423/2020-PGJ, DE 3.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 16º Promotor de Justiça de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, a partir de 3.2.2020, até ulterior deliberação, atuando nos feitos extrajudiciais.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 416/2020-PGJ, DE 3.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestor e fiscal do Contrato nº 74/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Ariel Araujo, Assessor Adjunto da Assessoria Militar; 2) Fiscal Técnico – Kerman Mendes Pereira, Assistente Militar (Processo PGJ/10/4359/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 420/2020-PGJ, DE 3.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 228/2020-PGJ, de 22.1.2020, que designou os servidores como gestores e fiscais do Contrato nº 76/PGJ/2019, de forma que, onde consta: “... 2) Fiscal Técnico – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar”; passe a constar: “... 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2020, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000033-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000081-9.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000731-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004415-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001941-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003500-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003289-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002892-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004130-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004103-9.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004103-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003171-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002429-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002187-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001350-3.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003365-4.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000928-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002563-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001628-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000999-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003035-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002487-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001032-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000259-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001041-3.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001217-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004136-5.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003239-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002977-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000588-0.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002100-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002193-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000180-3.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002301-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000090-8.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000117-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000606-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002249-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000052-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000032-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000591-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003508-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000050-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004504-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000117-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003957-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000054-1.

11. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002249-3.

12. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000120-7.

13. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000322-7.

14. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001776-5.

15. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003510-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003359-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003164-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003259-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002272-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001570-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001549-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001478-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001086-1.

16. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003312-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002221-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001010-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003927-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002279-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000005-2.

17. 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003744-0.

18. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003835-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003275-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003266-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003174-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002505-4.

19. 24ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004233-1.

20. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000585-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002629-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004129-4.

21. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002917-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002666-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004602-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003260-0.

22. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004146-5.

23. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001407-9.

24. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000827-3.

25. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000024-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001705-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001122-7.

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004497-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000026-3.

26. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001957-7.

27. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003918-8.

28. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001910-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001789-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002720-8.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

6.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003652-5.

2. 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001911-5.

6.3.2. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:

1. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003007-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00002647-1.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003222-9.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003385-0.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003246-2.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003281-8.

5. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000954-3.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000302-2.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003607-0.

7. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001038-6.

8. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001572-2.

9. 28ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000092-0.

6.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003373-9.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003408-2.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00003273-0.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003275-1.

6.3.4. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JUNIOR:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003023-1.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002770-4.

3. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001361-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000947-5.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001683-0.

5. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001963-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001964-8.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002252-0.

7. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001315-7.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003274-0.

6.3.5. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003221-8.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003368-3.

6.3.6. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001308-0.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001059-0.

7. Ordem do dia:**7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

7.1.1. Processo com pedido de prorrogação de prazo:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003393-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Anastácio – Douglas Melo Figueiredo

Assunto: Apurar eventual irregularidade ou direcionamento de licitação para contratação da empresa Construfilama Empreiteira de Serviços Ltda, realizada pela Prefeitura Municipal de Anastácio/MS.

Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto

7.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001269-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Marlene de Matos Bossay e Assumpção Junior Cardoso da Costa

Assunto: Apurar suposto patrocínio de evento particular com recurso público, bem como eventual promoção pessoal da prefeita municipal e de vereador, ambos do Município de Miranda.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.0000049-6

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaquiraí

Assunto: Apurar eventual cerceamento ao direito à educação dos alunos residentes na Fazenda Espírito Santo, em razão da falta de manutenção nas estradas rurais deste Município.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003289-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Terenos/MS

Assunto: Apurar supostos casos de nepotismo na Administração Municipal de Terenos/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000235-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aldair Juvenal Barroquiel

Assunto: Apurar possível desmatamento irregular na propriedade de Aldair Juvenal Barroquiel.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000867-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Wilson Rosa de Freitas e Oliveira Cassemiro da Silva

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais nas propriedades rurais de Wilson Rosa de Freitas e Oliveira Cassemiro da Silva, localizadas no Município de Terenos/MS, consistentes em desmatamentos não autorizados pelo órgão ambiental competente.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002510-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar omissão na adoção de providências cabíveis para realização de reforma estrutural no prédio da Escola estadual Camilo Bonfim.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003675-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Terenos/MS

Assunto: Acompanhar a implantação e execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos prevista na Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, no Município de Terenos/MS.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00000298-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Esperança

Assunto: Apurar supostas irregularidades nos repasses públicos oriundos do Município de Anaurilândia para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Esperança.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000833-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Anaurilândia

Assunto: Fiscalizar as ações do Município de Anaurilândia e de particulares no combate à Dengue.

10. Inquérito Civil nº 06.2019.00000621-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade da empresa J. Remonato Sociedade

Individual de Advocacia, mediante tomada de preços para o fim de prestar consultoria administrativa em licitações e recursos humanos, inobstante o Município já possua Procuradoria Jurídica.

7.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003012-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcelo Otechar de Souza

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 26,38 hectares em área determinada como de Mata Atlântica, no interior do imóvel rural “Fazenda Estância Las Palmas”, ora pertencente a Marcelo Otechar de Souza, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001356-9

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de médicos auditores no Núcleo de Controle e Avaliação e/ou no Núcleo de Faturamento.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000909-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente no uso de uma máquina motoniveladora de propriedade do Estado de Mato Grosso do Sul e cedida ao Município de Ivinhema/MS, para fins particulares.

Advogado: José Andre Rocha de Moraes – OAB/MS nº 2.865

4. Inquérito Civil nº 06.2018.000002649-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual omissão da Vigilância Sanitária no que tange ao exercício de seu poder de polícia em relação ao proprietário de terreno baldio que não estaria conservando-o limpo.

7.2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001343-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Flávia Medeiros Penachin

Assunto: Apurar o armazenamento irregular de agrotóxicos na propriedade rural denominada Fazenda Jequitibá, localizada no município de Naviraí/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000652-3

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

Assunto: Apurar a regularidade ambiental da 1ª Delegacia de Polícia de Dourados-MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001271-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Umbelino Rocha Siqueira

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado Fazenda Santa Terezinha II, localizado no município de Aral Moreira/MS.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000618-0 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003429-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Antônio Menegatti

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Quedas D'água.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001578-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ártico Materiais Para Construção Ltda ME

Assunto: Apurar eventual prática de crime ambiental por parte da empresa Ártico Materiais Para Construção Ltda ME, consistente no transporte de produtos de origem vegetal (madeiras) em desacordo com as normas ambientais vigentes.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000888-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do estabelecimento comercial com endereço na rua Marechal Floriano, 255, Copacabana, em Amambai (MS), denominado Retrô Beer, anteriormente titulado Bar do Nezinho.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001334-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Andradina

Assunto: Apurar eventual irregularidade ou restrição da concorrência no Pregão Presencial nº 153/2019, realizado pelo Município de Nova Andradina/MS.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002359-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade consistente na suposta veiculação da imagem do prefeito em documentos emitidos pelo Município de Terenos/MS, bem como expostas nas dependências da prefeitura.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001347-0

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara de Vereadores de Sidrolândia

Assunto: Apurar se houve identidade de objetos entre os contratos firmados pela Câmara Municipal de Sidrolândia com a empresa Sociedade Rádio Pindorama (contrato nº 002/2019), e Câmara Municipal de Sidrolândia com agência Fixa Comunicação e Eventos LTDA ME (contrato nº 016/2017 e Aditivo nº 001/2018), e em caso positivo, obter ressarcimento.

11. Inquérito Civil nº 06.2017.00000219-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível prática de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente no suposto descumprimento da Lei Federal nº 8745/93, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, ante a contratações temporárias irregulares realizadas no período de janeiro a dezembro de 2010.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00001595-2 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Advogados: Robert Icasatti – OAB/MS 23.468, Adriana Cavalcante de Araujo Alves – OAB/MS 9.219 e João Paulo de Campo Echeverria – OAB/SP 249.220

7.2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001212-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa no repasse de verba pública para entidade privada, constituída por Vereadores, para o fim de organizar da 38ª Festa do Peão de Angélica e a Festa do distrito de Ipezal

2. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000730-1 – SIGILOSO

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000923-9

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Single Life Comercial Eireli

Assunto: Apurar eventual lesão à coletividade dos consumidores pela fornecedora Single Life Comercial EIRELI em virtude da publicidade do produto Dr. Drink.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000979-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ademar Antônio Agostini

Assunto: Apurar possível desmatamento de 3.2 hectares, ocorrido na propriedade denominada Chácara II Irmãos, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, sem licença ambiental do órgão competente.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003224-0 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002948-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Baggio & Cia Ltda

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental consistente no armazenamento e vendas de produtos e subprodutos florestais nativo de diversas espécie e formas sem documento de origem florestal – DOF.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003057-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari/MS

Assunto: Apurar as condições estruturais do prédio onde está instalado o CEINF de Jaraguari-MS.

7.2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001991-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã, Matéria-Prima Comunicação Ltda.

Assunto: Apurar a legalidade material do Contrato Administrativo nº 141/2013, firmado entre o Município de Ponta Porã e a empresa Matéria Prima Comunicações Ltda.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001419-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adelir Antônio Stragliotto

Assunto: Investigar a ocorrência de dano ambiental decorrente de desmatamento irregular na Fazenda de Lucca localizada no Distrito de Cabeceira do Apa, Município de Ponta Porã-MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003279-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Porto Rodrigo

Assunto: Apurar irregularidade ambiental na Fazenda Porto Rodrigo, em Miranda/MS, consistente na supressão de uma área de 62,09 hectares, de área determinada como Mata Atlântica, sem autorização da autoridade ambiental competente.

Advogadas: Vanessa Ribeiro Lopes – OAB/MS nº 7.878 e Denise Felício Coelho – OAB/MS nº 11.571

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001483-8 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000848-4

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar eventual omissão do Município na conclusão da Unidade Básica de Saúde do bairro Cidade Nova, assim como na liberação da Unidade Básica de Saúde do Jardim Primavera e da Academia da Saúde do bairro São Jerônimo.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003583-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdir José Zorzo

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais ocorridos na propriedade rural denominada "Estância Dallas" consistentes na drenagem de áreas de preservação permanente (várzea e nascentes) para a plantação de lavoura.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000976-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Aparecido do Nascimento

Assunto: Apurar o corte raso de cinco árvores de grande porte em Área de Preservação Permanente do Rio da Prata, ocorrido na Fazenda Jangada, localizada em Jardim/MS, em tese, praticado por José Aparecido do Nascimento, sem licença ambiental do órgão competente.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002758-1

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de dano aos consumidores do Município de Deodápolis/MS, na modalidade Vício do Produto, praticado pelo estabelecimento comercial Auto Posto Mitaí Ltda., consistente no fornecimento de combustível com vício de qualidade que o torna impróprio ou inadequado ao consumo a que se destina, uma vez que o produto pode estar causando dano aos veículos que são abastecidos no referido local.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00000420-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Coordenadoria Estadual de Controle Avaliação e Auditoria

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar os fatos noticiados pela Auditoria de Apuração de Denúncia – Relatório nº 214/SISAUD/SUS, que evidencia diversas irregularidades e ilegalidades na prestação de serviços de saúde pela Gerência Municipal de Saúde de Sonora/MS e recomenda a adoção de ponto eletrônico para os servidores.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000556-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wlademir de Souza Volk

Assunto: Apurar eventual irregularidade na dispensa de licitação em relação ao Procedimento Administrativo 85/2010.

11. Inquérito Civil nº 06.2017.00002369-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: O 56 9 47.401, S 21 13 56.770, em razão da supressão de 21,6176 hectares de vegetação nativa.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002650-5

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça de Cassilândia

Requerida: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS

Assunto: Apurar acerca da possibilidade da realização de exame de corpo de delito por ocasião da transferência de presos entre as unidades prisionais.

13. Inquérito Civil nº 06.2017.00001229-5

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Paulo Roberto Masseti

Requerida: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN/MS)

assunto: Apurar os supostos abusos de poder e autoritarismo cometidos pela diretora e as agentes do EPFRSAAA, bem como a situação quanto à entrada de alimentos e pertences na unidade.

14. Inquérito Civil nº 06.2017.00000050-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Itamar Bilibio e Maria Antonia Veras

Assunto: Apurar eventuais irregularidades, consistentes na contratação de servidor sem concurso público para exercer o cargo de contador do Fundo Municipal de Saúde do Município de Laguna Carapã, não obstante existir servidor efetivo lotado no cargo, o qual, em tese, teria sido deslocado para exercer atividades diversas daquela para a qual foi nomeado.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003439-3 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

16. Inquérito Civil nº 06.2017.00000485-1

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no fornecimento de medicamentos não incluídos na RENAME pela Secretaria Municipal de Saúde de Nova Andradina/MS.

17. Inquérito Civil nº 06.2017.00001262-9

16ª Promotoria de Justiça da Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Anônimo

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no que tange à execução do contrato n. 218/2017, que tem por objeto a execução de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais e sinalização do Bairro Estrela Porã.

18. Inquérito Civil nº 06.2017.00001863-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maxwell Lima Pereira

Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocorrido na Fazenda Furna do Jaó, no município de Sidrolândia/MS, em razão do Auto de Infração IMASUL nº 16177 proveniente do 15º Batalhão da Polícia Militar Ambiental.

19. Inquérito Civil nº 06.2018.00000582-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Julio Podolan

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada 'Fazenda Pindorama', localizada no município de Ponta Porã/MS.

20. Inquérito Civil nº 06.2017.00002234-9

57ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande – Santa Casa

Assunta: Fiscalizar a implementação das medidas apontadas na Notificação de Vistoria nº 984/SAT/6ºGMB/2017 pela ABCG.

21. Inquérito Civil nº 06.2018.00003072-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de erosão em estrada vicinal e outros corpos hídricos nas proximidades da Fazenda Figueira, Município de Angélica/MS.

22. Inquérito Civil nº 06.2017.00001150-8 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

23. Inquérito Civil nº 06.2018.00000219-0

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Água Clara

Requerente: Saylon Cristiano de Moraes

Requerida: ENEGISA S/A – Distribuidora de Energia

Assunto: Apurar eventuais irregularidades da empresa ENERGISA Mato Grosso do Sul - Distribuidora de energia, no fornecimento do serviço e manutenção da rede elétrica, que vem acarretando em constantes oscilações e quedas de energia no município de Água Clara/MS.

24. Inquérito Civil nº 06.2015.00000234-5

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Residencial Rio da Prata Empreendimentos Imobiliários LTDA, Paviart Construtora e Incorporadora LTDA.

Assunto: Apurar eventuais desconformidades urbanísticas e ambientais no empreendimento Loteamento Esplanada III, em fase de implantação, no município de Chapadão do Sul.

25. Inquérito Civil nº 06.2017.00000809-1 - SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillhante

26. Inquérito Civil nº 06.2019.00000492-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Prefeitura Municipal de Anaurilândia e Nick Ruan dos Santos Silva Construções ME

Assunto: Apurar o descumprimento do Contrato Administrativo n.º 006/2018, especificamente quanto ao andamento e a execução da obra de reforma na Praça Dom Bosco, neste Município de Anaurilândia.

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS**AVISO Nº 023/2020-GED****XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Os candidatos convocados deverão comparecer, no locais, dias e horários mencionado no quadro abaixo, munido dos documentos relacionados nos itens 11, capítulo X do Edital nº 001/2019, de 12 de abril de 2019, publicado no DOMP nº 1949, de 15 de abril de 2019, especificados, respectivamente, no **Item 2** deste Aviso.

1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE BANDEIRANTES

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua Francisco Antônio de Souza, 1460, Centro, Bandeirantes.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
11.02.2020	09h	CAROLINE LOUISE GOMES DIAS	1º

1.2 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE JARDIM

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, Jardim.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
11.02.2020	09h	JESSÉ ALCANTARA SANTOS	4º

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. Para admissão, o candidato de **Nível Superior/Pós-Graduação** deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
6.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, constando as seguintes informações: início e término do curso e carga horária total (não será aceito documento que não contenha todas as informações);
7.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
8.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
11.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Previsão expressa no EDITAL N.º 001/2019-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação dos candidatos da área de Direito deverá ser enviada é o seguinte: ged@mpms.mp.br.

Campo Grande, 03 de fevereiro de 2020.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/PGJ/2020

PROCESSO Nº PGJ/10/4121/2019

UASG - 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência ao Pregão Presencial nº 1/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/4121/2019), destinado à contratação de empresa seguradora para cobertura de seguro dos prédios do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo período de 12 meses, a abertura da sessão foi suspensa para reanálise das condições da contratação.

Campo Grande, 03 de fevereiro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS
Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 015/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0053/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **ARLINDO PRACIEL DA SILVA**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 90,00 (noventa reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000108, de 09.01.2020.

Vigência: 14.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 14 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 029/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0156/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **GENARO DOS SANTOS 23814861191**, representada por **Genaro dos Santos**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 800,00 (oitocentos reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000174, de 10.01.2020.

Vigência: 16.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 041/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0102/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **ENAN – COMÉRCIO DE GÁS LTDA**, representada por **Paulo Atsuhico Kuramoto**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), no valor unitário de R\$ 15,00 (quinze reais), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000146, de 10.01.2020.

Vigência: 16.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 043/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0219/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **ENAN – COMÉRCIO DE GÁS LTDA**, representada por **Paulo Atsuhico Kuramoto**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), no valor unitário de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 95,00 (noventa e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000237, de 14.01.2020.

Vigência: 16.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 046/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0092/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **O.M AMAMBAI GÁS LTDA**, representada por **Ramão Oliveira Marques**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), no valor unitário de R\$ 11,80 (onze reais e oitenta centavos), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Amambai/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000149, de 10.01.2020.

Vigência: 17.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 17 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 065/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0222/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **JUCEUMA ALVES DE ASSIS ALCAZAS**, representada por **Jucelma Alves de Assis Alcazas**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), no valor unitário de R\$ 70,00 (setenta reais), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 70,00 (setenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000228, de 13.01.2020.

Vigência: 20.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 20 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 070/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0098/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **SILVANA CRISTINA BONIN OLA**, representada por **Silvana Cristina Bonin Ola**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), no valor unitário de R\$ 15,90 (quinze reais e noventa centavos), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Angélica/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000144, de 10.01.2020.

Vigência: 20.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 20 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 071/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0259/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **GENARO DOS SANTOS 23814861191**, representada por **Genaro dos Santos**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000297, de 15.01.2020.

Vigência: 20.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 20 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 086/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0261/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **ROBERLEI MARQUES DOS SANTOS**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Amambai/MS, a ser executado quinzenalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000314, de 15.01.2020.

Vigência: 21.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 21 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 110/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0288/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **ROBERTO CARLOS TERCENIANI**, representada por **Roberto Carlos Terenciani**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), no valor unitário de R\$ 81,00 (oitenta e um reais), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Angélica/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 81,00 (oitenta e um reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000276, de 15.01.2020.

Vigência: 22.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 116/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0370/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **SUPERMERCADO JULIANE LTDA**, representada por **Júlio Ximenes**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), no valor unitário de R\$ 11,00 (onze reais), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000336, de 20.01.2020.

Vigência: 22.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0205/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, representada por **Cleber Luiz de Conto**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 3.860,00 (três mil oitocentos e sessenta reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000012, 2020NE000013 e 2020NE000014, todas de 14.01.2020.

Vigência: 20.01.2020 a 20.01.2021.

Data de assinatura: 20 de janeiro de 2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 76/PGJ/2017

Processo PGJ/10/3313/2014

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, neste ato representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **MULTIPLIK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, representada neste ato por **Wilson Souza Fontoura**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Reajuste do valor** mensal do aluguel do imóvel situado na Rua São Vicente de Paula esquina com a Rua Luiz Freire Benchetrit, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS, com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com efeitos a partir de 28.09.2019. Valor mensal: R\$ 90.587,14 (noventa mil quinhentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos).

Vigência: 03.02.2020 até 28.09.2022.

Data de assinatura: 03 de fevereiro de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BONITO****EDITAL N. 0008/2020/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2019.00003670-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Maria Josefa Carreira Citro

Assunto: Acompanhar acordo judicial formulado nos autos n. 0800649-18.2012.8.12.0028

Bonito – MS, 21 de janeiro de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

CASSILÂNDIA**RECOMENDAÇÃO N.º 0001/2020/01PJ/CLA**

Autos de Procedimento Preparatório nº06.2019.00001688-8

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia-MS

Requerido: MUNICIPIO DE CASSILÂNDIA MS

Objeto: Apurar o pagamento indevido de gratificação por dedicação exclusiva (artigo 47, inciso IV, da Lei Complementar nº 206/2018) a servidores públicos municipais de forma cumulativa com outras gratificações.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, apresentado pelo Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição da República, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, artigo 44 da Resolução nº 015/2007 PGJ/MS, de 27 de novembro de 2007, e:

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 26, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 1993 c/c artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75. de 1993, poderá o MINISTÉRIO PÚBLICO expedir recomendações requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 1º da Resolução nº 164, de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público *"A recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas"*;

CONSIDERANDO que a gratificação pela dedicação exclusiva prevista na Lei Complementar Municipal nº 206/2018 (artigo 47, inciso IV), de caráter transitório, temporário e eventual, só pode ser paga *"para retribuir ao ocupante de cargo efetivo que ficar impedido de exercer outra ocupação, em razão da exigência de estar disponível para atender convocações de trabalhos além da carga horária do cargo ou do expediente normal, até 80% (oitenta por cento) do vencimento"*;

CONSIDERANDO que pela própria finalidade a que se destina, a gratificação pela dedicação exclusiva revela-se incompatível com o desempenho de outra atividade remunerada durante o período de exercício da função que fundamenta o seu pagamento;

CONSIDERANDO também ser vedada a acumulação e o correlato pagamento de gratificações que possuem a mesma natureza jurídica (REsp 1400637 / RS, Superior Tribunal de Justiça);

CONSIDERANDO que a recomendação *"não obriga o recomendado a cumprir os seus termos, mas serve como importante advertência a respeito das sanções cabíveis pela sua inobservância"*¹;

CONSIDERANDO que os elementos de informação por ora coletados noticiam o pagamento de gratificações por dedicação exclusiva a servidores públicos municipais que laboram em locais e funções diversas de forma simultânea, sendo indevida tal gratificação em tais casos;

CONSIDERANDO, assim, que o pagamento da gratificação por dedicação exclusiva é indevido a servidores públicos que trabalham em secretarias distintas da municipalidade, ainda que com carga horária de 20 horas em cada um dos locais;

RESOLVE,

RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal JAIR BONI COGO que, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, cesse o pagamento de gratificação pela dedicação exclusiva (artigo 47, inciso IV, da Lei Complementar nº 206/2018) aos servidores públicos que acumulam cargos e funções na municipalidade.

Ressalte-se ainda que a ausência de observância da medida enunciada impulsionará a adoção de providências judiciais em relação ao destinatário da recomendação.

Publique-se e oficie-se.

Cassilândia, 27 de janeiro de 2020

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Promotor de Justiça

¹ RODRIGUES, Geisa de Assis. Reflexões sobre a atuação extrajudicial do Ministério Público: inquérito civil público, compromisso de ajustamento de conduta e recomendação legal. (Temas Atuais do Ministério Público. Salvador: Juspodivm, 2016. Pág. 357.

ITAPORÃ

EDITAL N. 02/2020/PJ-ITP

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2019.00001881-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Douradina;

Assunto: Apurar possível injuridicidade no que tange à Nota de Empenho n. 187/2019, em razão de ter sido emitida, a princípio, em favor de Darcy Freire, ex-prefeito de Douradina/MS.

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 03/2020/PJ-ITP

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2019.00001852-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Tânia Mara Carlos Custódio, Gerente de Ação Social;

Assunto: Apurar eventual injuridicidade da nomeação de Maria de Fátima Custódio para ocupar o cargo de cuidadora na Casa de Acolhimento de Itaporã, consistente na possível prática de nepotismo, em razão de seu grau de parentesco com a Gerente de Ação Social, Tânia Mara Carlos Custódio (cunhada).

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça.